

190				
			1466	

EDISON BARACAL - 26/10/95



Mais de 550 índios (119 deles crianças), das cinco aldeias da Baixada Santista e Litoral, foram ouvidos na pesquisa

Estudo

'Carta Indígena' revela caos em ações de Saúde e Educação

Antropólogo critica propostas da Funai, considerando-as paliativas

CARLOS RATTON
Da Sucursal

Um documento intitulado *Carta Indígena do Litoral Sul*, elaborado pelo sociólogo, antropólogo e doutor em Etnologia Brasileira, Paulo Augusto Mário Isaac, expõe, pela primeira vez, a difícil situação que vêm atravessando os 561 índios (119 ainda crianças) das cinco aldeias do Litoral Sul da Baixada Santista.

Em recente contato com representantes das comunidades Aldeinha e Rio Branco (Itanhaém); Aguapeú e Itaóca (Mongaguá) e Bananal (Peruíbe), Isaac conseguiu fazer um Raio X dos aldeamentos, constatando problemas sérios como falta de legalização de terras (muitas ainda divididas com posseiros), ausência de escolas e postos de saúde, entre outros.

O estudo também mostra que as soluções apresentadas nos últimos anos pelo Governo Federal, através da Fundação Nacional do Índio (Funai), têm se mostrado paliativas.

Entre as prioridades destacadas pelos representantes das cinco aldeias está a legalização das terras, para que os índios possam desenvolver atividades e projetos culturais e ambien-

tais, de acordo com seus costumes e tradições. Também são pedidos uma educação escolar indígena bilíngue e intercultural — diferenciada da dos brancos — e cursos de formação de professores indígenas, além de postos de saúde nas aldeias.

Após realizar a pesquisa, Isaac concluiu que os povos indígenas do Litoral Sul vivem um momento de muita necessidade e sabem que precisam se organizar para conseguir benefícios aos quais têm direito. "É preciso que os índios se unam e se aliem a pessoas não índias que os ajudem de fato, não só em épocas eleitorais ou quando precisam de apoio para serem indicados para cargos de confiança nos órgãos do governo", afirma o sociólogo.

Descaso — A *Carta Indígena do Litoral Sul* aponta deficiências que não necessitam de altos investimentos para ser minimizadas. Em Aldeinha, por exemplo, localizada na área urbana de Itanhaém, os 88 índios adultos desejam, além da legalização das terras, a construção de um prédio escolar para suas 15 crianças, com Educação Fundamental Bilíngue.

Praticamente o mesmo está sendo pedido pela comunidade

da Rio Branco, também em Itanhaém. Segundo os representantes desse aldeamento, o atual prédio, onde funciona a escola e o posto de saúde, está em precária situação, não atendendo adequadamente as 24 crianças e 39 adultos.

Os índios afirmam que o atual professor, com formação só até a 5ª série, contratado pela Prefeitura, está sem documentação por causa da burocracia imposta pela Funai.

Mongaguá — As aldeias Aguapeú e Itaóca, segundo seus representantes, sofrem pela falta de demarcação e pela pressão de posseiros. Na Aguapeú, os 55 índios adultos desejam uma escola com espaço de recuperação da língua e da cultura Guarani. Nessa aldeia, três vezes por semana, uma unidade volante, com dois professores, é responsável pela educação de 10 curumins. Um terceiro professor trabalha com adultos, mas o ensino não é bilíngue e só atende até a 4ª série.

Na Itaóca, de cultura Tupi-Guarani, não há um posto de Saúde para atender seus 85 adultos e 45 crianças adequadamente. Foi construído um prédio escolar de barro, onde deverá funcionar uma classe. As crianças da aldeia, segundo

os representantes, nunca frequentaram a escola. Os pais não mandam os filhos para os colégios municipais com medo que eles percam a língua e a cultura. A aldeia ainda sofre com a falta de material escolar.

Peruíbe — Na Bananal, dividida recentemente em um confronto entre caciques, os números indicam a existência de 175 adultos e 25 crianças. Até a elaboração da *Carta Indígena*, a situação da escola localizada na aldeia, que oferece Ensino Fundamental, não estava de acordo com as diretrizes da educação escolar indígena estabelecida pelo MEC.

Os índios informaram que sair da aldeia para estudar vinha provocando graves problemas para as famílias. Os alunos que estudam a partir da 5ª série não têm condições de comprar material escolar, nem têm dinheiro para o passe de ônibus. Além disso, os representantes percebem uma perda progressiva da língua materna.

Em todas as cinco aldeias, as populações defendem a necessidade de cursos de formação de professores índios bilíngues para as duas etnias, Guarani e Tupi Guarani, dominantes no Litoral Sul.

Soluções devem envolver índios

JOÃO VIEIRA JÚNIOR - 23/6/00



Isaac: urgência à Educação

Além de mostrar uma realidade pouco conhecida, o professor Paulo Isaac, na *Carta Indígena do Litoral Sul Paulista*, afirma que é necessário enfatizar que o problema da educação escolar indígena não está separado de outras deficiências mais gerais, que afetam as comunidades, sobretudo em relação à regularização das terras indígenas e à assistência à Saúde.

"Todas estas questões precisam ser trabalhadas em conjunto, envolvendo toda a sociedade, e devem nortear qualquer projeto ou programa que se pretende implantar em uma área indígena. A educação escolar não pode continuar sendo assunto de especialistas não-índios, que fazem projetos e desenvolvem programas sem a participação das etnias e de cada aldeia em particular", afirma.

Para o professor, ficou evidente a urgência de uma política que resolva imediatamente problemas como a criação e construção de escolas dentro das aldeias, a necessidade da implantação do ensino bilíngue e de um curso de formação de professores índios.

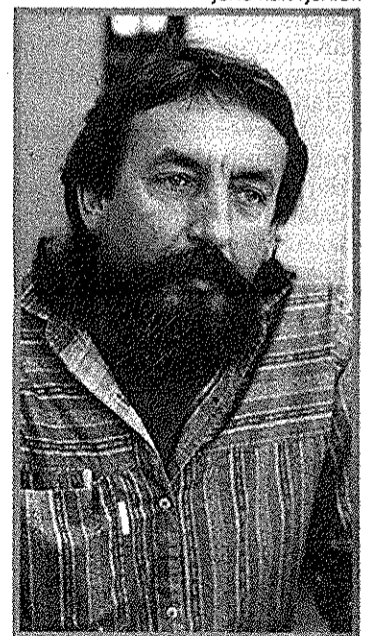
"A implantação de uma educação escolar indígena, além de projetos de outras áreas, como Saúde, por exemplo, exige a participação dos povos indígenas, desde a concepção, pas-

sando pela elaboração e a execução do projeto".

Isaac chegou à conclusão, após seu trabalho, que as sociedades indígenas do Litoral Sul desejam que os órgãos governamentais deixem claro quais as funções a elas atribuídas. "A falta de transparência e de definição das atribuições e responsabilidades de cada órgão, instituições e entidades confunde os índios, que não sabem a quem recorrer quando necessitam de ajuda".

Curso visa formar educadores

JOÃO VIEIRA JÚNIOR



Santos se baseou em pesquisa

Baseado no documento apresentado pelo sociólogo e antropólogo Paulo Isaac, fruto de uma pesquisa realizada em função do I Seminário de Educação Indígena do Litoral Sul Paulista, um grupo coordenado pelo professor José Carlos dos Santos criou o curso *A Formação do Educador Para a Escola Indígena*.

Pesquisador e residente em Itanhaém, Santos resolveu elaborar a proposta após constatar "o atraso considerável das organizações das aldeias e a necessidade de que se tenha uma escola indígena que contemple a realidade sócio-cultural de cada comunidade, a partir da longa história de mais de 2.500 anos, vivida pelos guaranis e tupi-guaranis no Litoral".

Com uma metodologia diferente, o curso engloba vários objetivos específicos, como a formação de professores bilíngues, técnicas pedagógicas diretamente ligadas ao contexto sócio-cultural das comunidades e aprendizagem de técnicas agrícolas, com o plantio de alimentos da própria cultura indígena. Também debate como trabalhar uma relação entre os curumins e índios mais velhos, e desenvolver um trabalho sobre ciências naturais, utilizando o próprio respeito que o índio sempre impôs em sua relação com a natureza entre outros.

"Para ministrar o curso, é necessário profissionais especialistas em Educação Indígena, nas

áreas de Linguística Sócio-cultural, Formação Didática e Pedagógica, Metodologia do Ensino da Arte, Agricultura Alternativa e Saúde Escolar", salienta.

José Carlos, que é também assessor de Educação da Associação Tupi-Guarani Awá Nimbonjeredjú, afirma que o curso prevê em mínimo de 310 horas-aula, carga horária distribuída por um ano. Haverá a participação de 20 pessoas — 10 índios, cinco educadores com experiência em escola indígena e mais cinco educadores envolvidos, mesmo que indiretamente, com a causa dos moradores das aldeias.